



2004/07/26

O FENÓMENO DA GUERRA NO NOVO SÉCULO — UMA PERSPECTIVA

Francisco Proença Garcia e Maria Francisca Saraiva

Introdução

O fenómeno da Guerra, como observou entre muitos outros Quincy Right (1942, 1961), apresenta-se classicamente como uma manifestação da violência de grupos politicamente organizados em cada época histórica, especialmente Estados, e caracteriza-se pela utilização de Forças Armadas de uma razoável dimensão e por um período considerável de tempo[1]. Desde tempos imemoriais, a guerra surge-nos retratada na literatura, na música, na pintura e nas escrituras sagradas como a Bíblia e o Alcorão.

Mais recentemente, este fenómeno, fundamentalmente determinado pela organização social e respectiva base técnica nas conjunturas históricas específicas, tem sido para os historiadores das relações internacionais o problema estruturante da organização social[2]

Neste ensaio não pretendemos abordar as origens e causas da guerra (em geral e de determinadas guerras particulares), por ser uma problemática que tem merecido tratamento teórico abundante e sistemático. Neste momento histórico afigura-se-nos mais interessante tão somente traçar o desenvolvimento das guerras actuais e identificar possíveis padrões de evolução. Por forma a responder a este desafio articulámos o trabalho em três partes distintas mas interrelacionadas. Na primeira parte é traçada uma visão do actual sistema internacional e a sua evolução recente. Esta análise permite-nos, desde logo, verificar o quão profunda tem sido a evolução do fenómeno guerra. De facto, evoluiu-se de um modelo trinitário clausewitziano para um modelo de guerra irregular, global, assimétrica e permanente, sem uma origem clara e que pode surgir em qualquer lugar.

Na segunda parte tentamos caracterizar o processo de transformação da defesa e as guerras da era da informação. Aqui o cenário dominante é o da alta tecnologia, do espectáculo mediático e das baixas zero. Por fim, elaboramos uma abordagem da violência global permanente num cenário de cariz subversivo, onde os principais actores já não são os Estados e onde as principais vítimas são as pessoas.

1. O sistema Internacional no início do novo século

O fim da II Guerra Mundial foi marcado pela rivalidade do mundo em equilíbrio bipolar. Estas tensões entre os grandes poderes no campo económico, ideológico e político, traduziu-se na utilização preferencial da força militar como instrumento de dissuasão. O período é caracterizado pelos inúmeros conflitos nas zonas de confluência dos interesses das grandes potências, que se enfrentavam por locução interposta.

A conjuntura internacional sofreu profundas alterações após a queda do muro de Berlim. A ameaça, que mantinha coordenadas de espaço e de tempo bem definidas desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de riscos e perigos, uns novos, outros antigos que apenas subiram na hierarquia das preocupações dos Estados. Geopoliticamente falando, o mundo ficou privado de sentido (Laidi, 1998).

A comunidade internacional, habituada a um equilíbrio pelo terror do holocausto nuclear, foi forçada a reconhecer que para além do Estado existiam outros actores que empregavam a força como instrumento nas Relações Internacionais, situação que apesar de não ser nova influenciaria decisivamente a natureza da guerra na última década do século XX[3].

O dealbar deste terceiro milénio continua cheio de incertezas. Num mundo hoje marcado pela volatilidade identitária (Badie, 2001), as zonas de interesse estratégico fundamentais alteraram-se, e passaram a ser aquelas que são capazes de exportar a sua própria instabilidade (Ramonet, 2001). As guerras já não obedecem à concepção clausewitziana de matriz trinitária (Estado, Forças Armadas, População), típica do anterior sistema internacional. Hoje a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar. Para muitos, trata-se de uma situação típica do mundo tendencialmente unipolar do ponto de vista do esforço militar.

A actual conjuntura internacional, onde o papel do Estado soberano está em crise, também se caracteriza pela flexibilização do conceito de fronteira e pela aceitação de situações de cidadanias múltiplas e de governança partilhada.

Como se referiu, no imaginário ocidental, quando se pensa ou fala em guerra, normalmente a imagem associada é a da confrontação entre as Forças Armadas organizadas de dois ou mais Estados. Porém, os Estados como forma de organização política ocidental são criações artificiais recentes (Creveld, 1991) que surgem após Westfalia, pelo que a guerra como instrumento da política do Estado que opunha um Estado a outro e umas Forças Armadas a outras Forças Armadas constitui um fenómeno relativamente recente e que poderá ter tendência a desaparecer.

As guerras contemporâneas, acentuadamente depois de 1945, tornaram-se assim cada vez menos entre Estados[4] e passaram a contemplar outros actores[5], infra-estatais, verificando-se uma extrema plasticidade dos seus actantes, assemelhando-se muitas vezes a uma luta pela sobrevivência, sem regras, sem objectivos claramente definidos, podemos mesmo dizer, totalmente irracional, caótica, poluída, penetrada pelo crime organizado, pelo terrorismo e pelo tribalismo (Bauer e Raufer, 2003). Igualmente relevante, o aparecimento de entidades supra-estatais institucionalizadas capazes de executar acções militares conjuntas é um fenómeno que exige acompanhamento.

Neste sentido, a hipótese de se assistir ao regresso do mundo ocidental ao passado pré-Westfaliano parece ganhar corpo. No caso dos países menos desenvolvidos, onde são inúmeros os Estados que jamais foram capazes de se afirmarem face a outras entidades sociais (nomeadamente em relação à tribo e aos grupos etnolinguísticos)[6], tem-se observado que no decorrer de confrontações violentas a distinção entre governo, Forças Armadas e população começou a esbater-se antes mesmo de ter sido correctamente estabelecida (Creveld, 1991 e Olsen, 2003)

Uma das perguntas a que interessa responder tem que ver com as modalidades de guerra que tenderão a prevalecer, e qual o posicionamento da entidade Estado como estrutura política nesse contexto específico.

Muitos são os modelos possíveis. Na história existiram as estruturas tribais, as estruturas feudais, as associações religiosas, os bandos de mercenários ao serviço de senhores da guerra, e mesmo organizações comerciais. Muitas destas entidades não eram sequer políticas nem detentoras de soberania. Não possuíam governo, Forças Armadas nem população (em sentido actual do termo), mas defrontavam-se em guerras e campanhas bem organizadas (Creveld, 1991).

O futuro pode-se revelar muito diferente da realidade de hoje. O processo que está em curso será progressivo, irregular e caótico (Creveld, 1991), pois o falhanço do Estado favorece o crescimento da violência internacional não-estatal (Berzins e Cullen, 2003), em casos extremos, privatizada (Kaldor, 2001). A tendência aponta para que as guerras persistam entre Estados pequenos e fracos (em termos de legitimidade e de eficácia) ou em países menos desenvolvidos do que envolvendo as grandes potências (Holsti, 1996)[7], eventualmente com base em considerações étnicas e de identidade.

Embora nos pareça razoável defender esta interpretação, é muito claro que esta visão da guerra do futuro não colhe a aceitação generalizada dos estudiosos da Estratégia. Como visão divergente, é útil realçar a posição de Colin Gray (1999). Este autor, dentro da lógica do neorealismo clássico a que diz pertencer, defende que a trindade clausewitziana veio para ficar. Para Gray, é errado admitir um desaparecimento, no futuro próximo, das guerras regulares centradas nos Estados e que foram típicas do período Westfaliano, embora admita que presentemente há uma tendência importante no sentido da utilização de forças irregulares.

2. As Guerras num futuro presente

São diversas as perspectivas de guerras num futuro que já se iniciou. De uma maneira muito genérica é comum classificar as guerras actuais e do futuro como regulares e irregulares[8]. Como guerras regulares consideramos os conflitos que obedecem ao modelo trinitário tradicional definido por Clausewitz. Nesse sentido, nas guerras irregulares os principais actores já não são os Estados e as suas Forças Armadas. Os Estados podem entrar em guerra contra uma rede terrorista, uma milícia étnica, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra o crime organizado. As guerras irregulares podem também ser travadas entre estas últimas entidades, não envolvendo nenhum Estado. Em ambas as tipologias a superioridade no acesso e tratamento da informação é determinante.

Tudo indica que, regulares ou irregulares, há duas aproximações fundamentais para caracterizar as guerras do futuro. A primeira assenta na crença que as guerras **espectáculo**, possibilitadas pela Revolução nos Assuntos Militares em Curso (RMC) (Garcia, 2000) ou Revolution in Military Affairs (RMA)[9], que têm por base os enormes avanços das tecnologias de informação, dominarão. A segunda visão, que procura o entendimento de fenómenos como as “novas guerras”, ou de “terceiro

tipo”, tende a defender que a revolução está maioritariamente a ocorrer nas relações sociais da guerra. Nesse sentido, o elemento central da equação não é a tecnologia, mesmo que aquelas sejam influenciadas por esta última. Como facilmente se pode deduzir, existe consenso quanto ao facto de neste século as guerras se desenvolvem num mundo assimétrico, com fortes desequilíbrios quantitativos e qualitativos.

A guerra deste início de século foi de algum modo antecipada no livro de Alvin e Heidi Toffler, *Guerra e Anti-guerra*, de 1994. Nesta obra os Toffler anunciaram a divisão tripartida do mundo e das guerras em vagas: A vaga das “guerras agrárias”, típica do período das revoluções agrárias; a vaga das “guerras industriais”, produto da revolução industrial, e por fim a vaga da “guerra da informação”, resultante da revolução da informação e do conhecimento.

As guerras típicas das sociedades de terceira vaga tem por base a RMC e estão ligadas sobretudo aos grandes poderes, nomeadamente aos EUA e seus aliados. Porém, não é possível deixar de concluir que a RMC na sua formulação mais profunda está associada exclusivamente, pelo menos por enquanto, à evolução nos EUA (Telo, 2003).

Há uma tendência que erradamente se generalizou que caracteriza as guerras RMC apenas pela alta tecnologia, nomeadamente a tecnologia ligada à informação. Na verdade, não podemos concordar com tal reducionismo. Se apenas estiverem ligadas à tecnologia podemos considerar que são guerras pós-modernas, mas não são RMC. A RMC, associada à transformação nos assuntos de defesa, caracteriza-se por ser um fenómeno em complexificação: assenta na tecnologia da sociedade da informação, caracteriza-se pela utilização do espaço, pelas novas tácticas e composição orgânica das unidades, pela necessidade essencial de conter a violência dentro de limites políticos, éticos e estratégicos aceitáveis pela comunidade internacional (Telo, 2003), mas também pela civilização (civil quanto possível, militar quanto necessário) e sobretudo pelo modelo de organização das tecnologias existentes e já disponíveis mesmo no mercado civil, e a partir das quais é possível criar novas e diferentes capacidades num sistema de sistemas. A tecnologia não modifica a natureza da Guerra, mas o seu carácter, o que implica a operacionalização de um novo conceito para o termo Guerra, que agora designa uma situação que não se distingue claramente dos períodos de paz.

A ordem de batalha nestas guerras de alta tecnologia, centradas e em rede, desenvolve-se em volta de acções RISTA (Reconnaissance, Intelligence, Surveillance and Target Aquisition) e das armas inteligentes[10]. O novo campo de batalha está dominado por um sistema de sistemas, com base no C2W (Command and Control, Warfare), constituindo uma 5ª dimensão[11] da guerra (Pereira, 2003), onde a manobra informacional se sobrepõe, e por vezes substitui a manobra do terreno.

Face à esmagadora superioridade tecnológica e a operações baseadas nos efeitos as baixas tendem a ser zero, ou a aproximar-se do zero, pelo menos de um dos lados. O objectivo já não é o aniquilar, mas imobilizar, controlar, alterar e moldar o seu comportamento por forma a criar um novo ambiente político com perdas controladas, mesmo para o inimigo, evitando reacções negativas da opinião pública. É por esta razão que Edward Luttwak definiu este fenómeno como guerra pós-heróica (Luttwak, 1995); a força pode ser empregue sem o risco de perdas de vida.

As novas tecnologias e a digitalização ditam novas doutrinas estratégicas, tácticas e organizacionais. A tendência é para a robotização do campo de batalha de uma forma progressiva.

As guerras RMC, empregam muito a guerra de informação[12], o vector moderno da guerra psicológica e da subversão tradicionais (Valle, 2001). No campo de batalha (actual e do futuro), o mais importante é (e continuará previsivelmente a ser) o domínio da informação, mais precisamente, o acesso, o controlo e o respectivo processamento com o objectivo de obter a sua transformação em conhecimento e depois partilhá-lo.

No futuro, a psicotecnologia disponibilizará novos instrumentos capazes de influenciar crenças e sentimentos o que incrementará ainda mais o papel da guerra psicológica e dos guerreiros da informação que aprendem a implantar falsas realidades e a induzir movimentos psico-culturais e políticos, em prol de determinados interesses nacionais, criando uma realidade virtual quando a realidade efectiva contradiz os imperativos estratégicos de momento, no fundo uma verdadeira guerra de representações, na expressão de Alexandre del Valle (Valle, 2001).

A guerra de informação a um nível estratégico implica um domínio do ciber-espaço, pois não podem ser descurados os ciber ataques, com as suas bombas lógicas, vírus e cavalos de Tróia. Esta diferente forma de guerra implica uma política de segurança e defesa para o ciber-espaço, pois este impôs uma nova dimensão geopolítica, a do próprio o ciber-espaço (Adams, 1993).

Nas guerras RMC a supremacia das comunicações é um factor imperioso. Na maior parte dos

casos o espaço exterior deve ser entendido como a quarta dimensão da guerra. No futuro quem dominar o espaço domina o mundo. Não se trata apenas da sua utilização para fins militares, mas da sua militarização (Boniface, 2002), onde se possam colocar sistemas de armas de intervenção global. Nas guerras RMC podemos assim encontrar uma nova forma de dissuasão.

Com a civilização, a distinção entre civil e militar é um domínio que será susceptível de alteração significativa, pois já não são apenas as Forças Armadas que entram em combate, mas as comunidades políticas que elas servem. Este fenómeno de inter-penetração é indicador de um novo tipo de Forças Armadas. Estas tendem a ser profissionais, com efectivos substancialmente mais reduzidos, com uma maior ligação aos meios universitários e centros de investigação, a integrarem mais mulheres e minorias e, em certa medida, tende-se para uma privatização da actividade militar (Moskos, Williams e Segal, 2000).

As guerras que envolvam a grande potência sozinha ou em coligação, sejam elas regulares ou irregulares, serão sempre RMC. A III Guerra do Golfo é um cenário típico de guerra **formal**. A intervenção da coligação internacional em solo iraquiano pautou-se pela superioridade tecnológica, pela supremacia aérea, com domínio do espaço, pelo uso de armas inteligentes e também por uma intensa guerra de informação.

Na operação militar no Iraque, a força RMC, com combates sucessivos e assimétricos, vergou a vontade de combater iraquiana e a operação militar foi uma nova *Blitzkrieg*. Porém, com a ocupação militar, a tipologia de guerra alterou-se. As operações militares de estabilização, apesar de RMC, fazem-se agora num ambiente subversivo, de guerra irregular, de combate próximo, estando os combatentes misturados com a população, que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca. No Iraque devemos lembrar a velha premissa de que as guerras de cariz subversivo não se ganham com acção militar, mas perdem-se pela inacção militar.

As guerras RMC são também guerras distantes. O poder que está na defensiva é castigado e muito limitado na sua resposta. Muitas vezes sente-se mesmo impotente (Telo, 2003). Também distante no comando e controlo, onde os *media* e a informação sobre a guerra desempenham um papel primordial. Podemos dizer que é em certo sentido, uma **guerra subversiva** feita pelos grandes poderes na Era da Informação.

Contudo, o **factor tempo** marca a grande diferença entre as guerras tecnológicas actuais e as guerras subversivas tradicionais. Estas actuam por lassidão, prolongam-se no tempo, factor essencial para obter resultados. Nas guerras RMC a duração em termos de uma acção militar intensa é muito curta – semanas - e é importante que assim seja, sobretudo por razões de opinião pública e de interesse político (Telo, 2003). Isto não quer dizer que no período posterior à acção militar decisiva, tipicamente de estabilização, a presença militar não se arraste por vários anos, já que actua em ambiente subversivo.

Parece gerar consenso a convicção de que as guerras de hoje já não correspondem à classificação clássica do prussiano Clausewitz para quem a Guerra não era somente um acto político, "(...) mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios (...)" (Clausewitz, 1976). Na verdade, hoje aquela máxima inverteu-se: a Política, sim, passou a ser a continuação/diversificação do estado de guerra. Para Edward Luttwak[13] a guerra pode resolver conflitos políticos e conduzir à paz; no fundo a guerra é uma forma de política. António Telo considera mesmo que hoje a guerra é a forma "superior" da política (Telo, 2003), superior apenas porque mais exigente, pelo que obriga a cuidados especiais e uma elaboração do pensamento mais complexa, **porém, em nosso entender, a guerra não é política, mas deve-se sim ao falhanço da política.**

Uma das mais importantes implicações desta mudança qualitativa de conceito de guerra, é a alteração dos laços funcionais entre o poder político e o aparelho militar. A envolvente política perpassa agora verticalmente todos os níveis de actuação militar: A estrutura de comando militar nos diversos patamares de responsabilidade preocupa-se principalmente com a actuação política (Telo, 2003). Mesmo ao nível tático, um comandante de uma pequena força desempenha esse papel no seu contacto com a população e autoridades locais.

3. As guerras irregulares e a transformação da natureza dos conflitos armados

Como ficou dito, as novas guerras, todas elas irregulares[14], não são apenas mais comuns do que no passado mas também estrategicamente mais importantes e desenvolvem-se em ambiente operacional de cariz subversivo.

As guerras recentes, bem como as que se vislumbram num futuro previsível não obedecem ao modelo clausewitziano. São guerras fundamentalmente acerca das pessoas (Holsti, 1996) que para

além dos Estados envolvem organizações de um novo tipo que se opõem entre si. Conforme a circunstância qualificamos os seus elementos como bandidos, terroristas, guerrilheiros, mercenários ou milícias. Estes não representam um Estado, não obedecem a um governo e misturam-se/confundem-se com a população. Nestes conflitos é normal a generalização da violação do direito aplicável aos conflitos armados (internacionais e não internacionais), bem como do regime de protecção dos direitos humanos (Kaldor, 2001).

São guerras sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem santuários, sem pontos de apoio, sem respeito pelos limites territoriais sem uma estratégia e sem uma tática definida, de objectivos fluidos. As suas “virtudes” estão na inovação, na surpresa e na imprevisibilidade, empregando por vezes o terror (limpeza étnica, massacre, rapto), onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. A população, tal como nas guerras subversivas, desempenha um papel fundamental; é o apoio de retaguarda logístico, em informações e ao mesmo tempo fonte de recrutamento. Por outro lado também é o alvo principal. Nestas guerras há uma desvinculação do estatal, já não há a associação aos interesses nacionais, mas às pessoas que surgem como as maiores vítimas[15].

Como observou Kaldor (2001), a globalização é um fenómeno complexo que atinge as acções que se desenvolvem em ambiente estratégico. Dentro desta lógica interpretativa, a natureza política da violência global do presente e no futuro apresenta novos objectivos, uma diferente forma de fazer a guerra e também de a financiar (Kaldor, 2001).

3.1. A guerra assimétrica

A assimetria é um velho conceito que, a nosso ver, reaparece agora associado à superioridade tecnológica dos meios militares ocidentais. Particularmente interessante é o conceito de dissimetria[16] desenvolvido nos meios militares americanos. Esta superioridade induz qualquer adversário a refugiar-se em respostas assimétricas, socorrendo-se de métodos tradicionais, por vezes rudimentares (na Somália os tambores), à mistura com meios de alta tecnologia disponíveis no mercado civil (GPS, telefones por satélite, e.mail). É uma guerra de desgaste, sem frentes nem retaguarda, flexível, e que pode expressar a sua violência através de guerrilha, de terrorismo, do crime organizado. Depende muito da imaginação e da força de vontade do adversário.

Contudo, é precipitado concluir que a relação assimétrica tem como origem unicamente a diferença tecnológica. Ela pode até ser diminuta ou nem existir. Nesse sentido, a assimetria emerge também da diferenciação na organização, mas sobretudo do conceito de operações; deixando estas de ser sucessivas para serem simultâneas. A guerra assimétrica, como ficou dito, explora sobretudo o factor surpresa, recusa as regras de combate impostas pelo adversário, utiliza meios imprevistos e actua em locais onde a confrontação não devia ser provável (Boniface, 2002).

O cenário assimétrico mais provável e problemático, hoje e num futuro previsível, será o da guerra em áreas urbanizadas. Estas áreas podem caracterizar-se pela existência de um número elevado de refugiados, retornados, altos índices de desemprego, de uma economia paralela, falta de apoio médico, diversidade cultural, étnica, política e religiosa, onde a proximidade em que grupos sociais distintos vivem uns dos outros promove um ambiente de elevada tensão (Dilliege, 1998).

A guerra em áreas urbanizadas conduz a um empenhamento operacional de cariz assimétrico, todos eles com características subversivas, associados a uma alta, média, e baixa intensidade.

Nas operações em áreas urbanas, onde a actividade das informações é primordial, vamos assistir a um incremento de utilização de meios tecnológicos, de robótica, de armamento não letal e a uma diferente organização para o combate das forças militares e militarizadas.

3.2. As novas guerras subversivas

As novas guerras, ou as guerras das pessoas, vão buscar as técnicas à guerra subversiva e travam-se normalmente no plano militar sob a forma de guerrilhas ou de acções de terror.

Baseada na exploração de problemas ou contradições evidentes de natureza social, ideológica, política e económica, susceptíveis de conquistar a adesão de variados sectores da população, a subversão pode surgir em qualquer tipo de sociedade e apresentar-se como uma proposta e/ou alternativa para a resolução desses problemas ou contradições (Garcia, 2003).

Partindo do princípio de que as sociedades dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento são aquelas onde surgem as maiores contradições internas, seriam estas que, face a uma primeira observação, se encontrariam particularmente vulneráveis à subversão de qualquer sinal e procedência. Porém, são as democracias ocidentais que se encontram mais

atreitas ao fenómeno.

Nestes regimes, as reacções à violência limitam-se ao horizonte ético, **cuja violação afectaria um conceito que moldou o próprio Estado**. Os tempos de resposta são lentos, na medida em que os aparelhos jurídicos o são, por escrúpulo ou força intrínseca (como se queira ver); "(...) as limitações na montagem e funcionamento de dispositivos preventivos, as restrições à instalação (assumida) dos repressivos, o fosso tradicional entre pensamento político e pensamento estratégico, a ausência de estruturas de propaganda e contra-propaganda, a vincada dualidade civil/militar, não capacitam as democracias ocidentais à contra-subversão, em termos de isolar eventuais grupos, desencadear, se preciso, a «operação verdade» (para obtenção de crédito por parte da opinião pública), evitar a situação de «tribunal popular» (onde o Poder aparece réu face à colectividade) e implementar, com eficácia, vigilâncias (milícias, por exemplo) locais (...)" (Monteiro, 1993).

Deste modo, as democracias ocidentais tornam-se vítimas dos seus próprios conceitos. Uma vez conhecedoras da ameaça subversiva, só se podem preparar e reagir contra ela, em princípio, reorganizando-se de acordo com princípios totalitários (Delmas, 1975) ou quase totalitários[17]. Todavia, esta situação implica uma renúncia aos seus ideais, pelo que acreditamos que, para a sobrevivência das democracias, essa preparação e reacção passarão forçosamente pelo recurso a um eficaz sistema de informações que preste um apoio isento e esclarecido a órgãos de soberania, sem complexos nem má consciência. Estes, que têm por obrigação manter a integridade do território e das suas fronteiras, estão sempre dependentes de um conhecimento oportuno e o mais completo possível das ameaças ou actividades hostis, para poderem orientar o dispositivo e a prontidão dos meios de defesa e segurança. Assim se pode manter o *status quo*, evitando atempadamente o desenvolvimento da manobra subversiva.

A subversão como técnica que visa não só o poder como também atingir subtilmente a opinião pública, utiliza os conhecimentos das leis da psicologia e da psicossociologia. A ruína do Estado ou a destruição do inimigo são alcançados por vias distintas e radicalmente diferentes das da guerra convencional e da revolução. O exército inimigo cessará o combate pois estará completamente desmoralizado e doente do desprezo que o rodeia. Qualquer tentativa de restabelecimento do *status quo ante*, será actuação em "saco roto" e o poder deposto, em virtude da sua própria porosidade, partirá só, sob o olhar indiferente da população (Muchielli, 1976).

A subversão, utilizando uma estratégia que é total, que actua ao nível interno/externo através de uma manobra indirecta e por lassidão, não necessita de travar batalhas decisivas. Alastra lentamente e, procurando convencer da sua razão e equidade e **do inverso da contra-subversão**, absorve, como o fenómeno do mercúrio derramado, a população que é o seu factor de sucesso determinante. Assim, procurando controlar áreas territoriais e preservar, sob seu controlo, as populações fidelizadas, desgastando ao mesmo tempo as restantes e os meios da contra-subversão, dirige-se ao seu objectivo final: a capitulação da autoridade.

Podemos considerar que o enquadramento colectivo e a preparação psicológica são a base de toda a manobra subversiva, sendo o primeiro fundamental para a mobilização da opinião pública, tarefa que, uma vez concretizada, permitirá, através de uma correcta acção psicológica, operar a transferência de universo político/ideológico.

As cinco fases da guerra subversiva (preparatória, de agitação, armada, Estado revolucionário, final) possuem limites mal definidos, frequentemente indistinguíveis e o seu valor é relativo, pelo que os conflitos devem ser estudados casuisticamente. A implantação das mesmas fases pode não ser simultânea, na totalidade do território-alvo, procurando, em todo o caso, respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição da segunda para a terceira fase (Garcia, 2003).

Assim, normalmente na 1ª fase, em segredo, numa organização ainda embrionária, a manobra é estudada e planeada. Ao passar-se para a fase de agitação ou de criação do ambiente subversivo, ainda se permanece na clandestinidade; todavia, como os resultados se começam a tornar visíveis, abandona-se o segredo. Desenvolvem-se intensas acções de propaganda de agitação, com o propósito de "ganhar" o apoio dos neutros, elevar a moral entre os subvertidos e seus apoiantes, minar a confiança no poder instituído e enfraquecer a moral das suas forças. Esta fase está ligada à ideia de revolução como levantamento popular contra um poder opressivo ou repressivo, ideia que procura empolar ou canalizar os descontentamentos, de os modificar em indignação e cólera, transformando-os rapidamente em agressão àqueles que são considerados os responsáveis da situação insustentável (Muchielli, 1976).

Nesta fase fomentam-se perturbações da ordem e cria-se um clima de medo, visando a desmoralização do poder, o descrédito da autoridade, a ruptura aberta no tecido social, o facto consumado do levantamento, com ou sem o recurso ao confronto armado, mas procurando, "(...) na

hipótese afirmativa, prolongar as situações de «contacto» das Forças Armadas regulares com a massa popular, para naquelas criar a “má consciência” e, por fim, a desobediência aos altos comandos e seu consequente colapso (...)” (Monteiro, 1993).

A organização é reforçada, os sistemas de infiltração e de informação são consolidados. O *status quo* encontra aqui o seu período crítico: ou responde eficientemente ou já não controla a evolução dos acontecimentos na generalidade, apesar de os poder controlar pontualmente, em determinados aspectos ou situações.

Na fase armada da subversão (de terrorismo ou guerrilha) a guerrilha emerge como técnica de tomada do poder e, se necessário ou útil, usa o acto do terror; sendo um exemplo claro a situação que se vive no Iraque. A subversão armada, através das suas actuações, que na maioria das vezes são espectaculares, procura instaurar o clima psicológico, fomentar a agitação geral, mantendo a excitação emocional, e, se possível, a anarquia, tentando também provocar a reacção repressiva, criando mártires e preparando a subversão para provocar a unidade defensiva dos grupos visados.

Tais situações, se retransmitidas ampliadamente pelos *media* numa engenharia de opinião, podem criar a convicção pública de que, na generalidade, o poder é impotente, que a guerrilha atingiu a impunidade e que aquele, além de opressivo, é repressivo (nos casos em que não é impotente...).

Esta fase é decisiva, dado que, de certa forma, coloca já a subversão armada em superioridade sobre as forças da ordem constituída. Consolida-se a organização, intensificam-se e generalizam-se as acções violentas, completa-se o estabelecer de estruturas político-administrativas e procura-se dominar algumas áreas do território. A guerrilha pode mesmo concorrer com o Estado quando consegue criar as designadas “áreas libertadas”, onde exerce o poder.

A guerrilha sobrevive devido à sua grande mobilidade e maleabilidade, mas sobretudo devido ao apoio das populações, seu objectivo, meio e ambiente, procurando actuar no seio do povo como o peixe na água, para usar o princípio de Mao Zedong.

O terrorismo que é uma entidade de estrutura celular, desterritorializada e por vezes acéfala, insere-se na manobra subversiva de corrosão dos poderes formais que desafia e de quem promove a rejeição, procura forçar um comportamento repressivo e demonstrar a constrangedora ineficácia da prevenção. Tal como a guerrilha, e para além da espectacularidade dos efeitos das suas actuações (concepção e execução dos actos materiais em si mesmos), procura a ressonância publicitária junto da opinião pública, bem como os efeitos psicológicos causados nos alvos (população ou força).

O entendimento do fenómeno do terrorismo após o 11 de Setembro foi, nos EUA, sujeito a revisão na sequência do aparecimento de estratégias de desestabilização mais radicais. Embora persistam fenómenos circunscritos ao espaço nacional ou regional[18], como o IRA ou a ETA, parece poder dizer-se que há um terrorismo que assumiu uma escala global. Sofreu também uma alteração qualitativa e passámos a falar do ciberterrorismo, do bioterrorismo, do ecoterrorismo, e do terrorismo químico e mesmo nuclear[19].

Este poder errático (Moreira, 1995) que funciona com critérios políticos, nacionais, culturais e religiosos próprios e sempre na clandestinidade, é uma “guerra” informal, desencadeada de forma unilateral, sem qualquer aviso e que lança na contenda duas diferentes entidades (móvel e grupal – o terrorismo -, territorial e com população – o Estado), com fins políticos ou político-religiosos, que, em regra e numa primeira instância, recusa a intermediação, a arbitragem e a negociação (Marchueta, 2004).

A situação mais perigosa, é aquela em que o terrorismo não está directamente ligado a um ou mais Estados, mas se configura com organizações autonomizadas, dotadas de meios importantes, e cuja trajectória político-operacional é, do médio prazo para diante, uma incógnita (Boniface, 2002). No terrorismo, o elemento constante, tal como nas outras guerras que indicámos, é o *martírio dos inocentes* (Moreira, 2004).

Também as guerras civis se travam num ambiente subversivo. Os conflitos internos que tendem a disseminar-se e que com facilidade ultrapassam as fronteiras físicas dos Estados, constituem uma fonte acrescida da instabilidade internacional (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003) ao ponto de hoje em dia ser difícil distinguir se uma guerra é interna ou internacional, ou mista, pois há um amplo leque de tonalidades de transição. As maiores vítimas destas guerras são os civis inocentes, que representam mais de 90% das baixas. Os refugiados e deslocados que na década de 70 do século passado eram cerca de 2,5 milhões, na década de 90 eram já mais de 23 milhões (Pearson, 1997).

As guerras irregulares penetradas pelo crime organizado envolvem um inimigo ou uma rede de inimigos, que possui importância política significativa e uma capacidade de planeamento ao nível

estratégico[20] e de condução de conflitos armados, socorrendo-se muitas vezes das mais modernas tecnologias de informação e comunicação, tendo como principal objectivo o lucro (Metz, 2000). Estas guerras também se desenvolvem em ambiente subversivo.

Os Estados com as suas estruturas de soberania pouco consolidadas facilitam a criação, disseminação e consolidação de coligações e redes de crime, as Organizações Criminosas Transnacionais (OCT). Estas aparecem com frequência ligadas às economias de guerra, procurando tirar proveito dos conflitos que proliferam um pouco por toda a parte. Nas suas actividades, inclui-se o tráfico de indivíduos (imigrantes clandestinos/órgãos humanos), de droga, de armas, de componentes electrónicos sensíveis, de pedras preciosas, a extorsão, entre outros ilícitos.

As OCT geram anualmente entre 34 a 57 biliões de euros, reciclando cerca de metade na economia mundial (Raufer e Bauer, 2003). Com estas verbas adquirem um poder significativo, havendo o risco de num qualquer país poderem influenciar a eleição de um governo, ou como já acontece na Bolívia e na Colômbia, administrarem partes significativas de um determinado território, colocando desta forma os conceitos tradicionais de soberania e integridade territorial em causa, podendo ainda enfraquecer qualquer estado através da corrupção dos seus órgãos de soberania e funcionários.

As guerras sempre tiveram uma dimensão económica, quer nas suas origens, quer nas consequências. Nesse particular, as novas guerras subversivas não são uma excepção. Estas envolvem uma economia paralela que floresce devido aos embargos e à própria situação da guerra, com todas as dificuldades acrescidas para as trocas comerciais internacionais de uma forma regular.

Outra vertente de análise da chamada economia de guerra pode ser o financiamento da própria guerra. As formas de financiamento são das mais diversas, e vão das taxas de protecção ao aproveitamento das remessas das diásporas (Angoustures e Pascal, 1996), do aproveitamento da assistência humanitária (Jean, 1996), do apoio directo de um país terceiro ou então através das ligações às OTC.

A droga, financia, estimula e por vezes está na origem de guerras. Até à queda do muro de Berlim, as práticas do financiamento dos conflitos pelos proventos da droga, eram monopólio de alguns serviços secretos estatais (Labrousse, 1996); depois e progressivamente passou a constituir uma rede de ligações e de convívios envolvidas no financiamento dos conflitos regionais nas zonas cinzentas do planeta.

Foram diversas as organizações revolucionárias como o *Mouvement des Forces Democratiques du Casamance* e o *Sendero Luminoso* que se envolveram na comercialização de estupefacientes, criminalizando as suas actividades, pondo assim um pouco à parte a vertente ideológica do conflito e transformando-se em narco-guerrilhas. Mas este envolvimento que inicialmente seria apenas para o financiamento, pode ser depois o próprio motor da guerra.

A criminalização pode também afectar as Forças Armadas (Paquistão, Peru, Turquia), que ou se deixam corromper entrando numa lógica de enriquecimento pessoal (narco-corrupção), ou então utilizam os fundos para financiar as suas actividades. Esta situação acaba por prolongar os conflitos, pois a eliminação das narco-guerrilhas provocaria também o desaparecimento de uma boa fonte de rendimentos (Labrousse, 1996).

Os novos conflitos armados podem provocar o esboroar e mesmo a destruição da estrutura estatal, deixando esta de exercer a sua actividade plena, de garantir a segurança e o bem-estar das suas populações e mesmo de manterem as fronteiras políticas e a integridade das instituições. Nesta situação as Forças Armadas regulares tendem a desaparecer e a transformarem-se ou confundirem-se com milícias armadas ou forças paramilitares de um qualquer senhor da guerra (Kaldor, 2001). Mesmo neste cenário apocalíptico, a estrutura estatal sobranterá de providenciar a protecção das suas populações, recorrendo, se necessário, à privatização de actividades que incumbiam até aqui ao Estado, e os combatentes estatais ou não estatais, possuirão uma organização menos hierarquizada, com um comando e controlo mais descentralizado, com diversos centros de gravidade. No dizer de Steven Metz, serão os combatentes pós-modernos (Metz, 2000).

Nas novas guerras onde é difícil distinguir o que é interno e internacional[21], paz e guerra, agressão e repressão, há um incremento das atrocidades e a tendência é para evitar batalhas e virar a violência para as populações, com uma barbárie (assassinatos sistemáticos, limpeza étnica, minar uma determinada área tornando-a inabitável, etc.) que leva alguns autores a falar num neo-medievalismo (Berzins e Cullen, 2003)[22] ou mesmo num regresso ao primitivo (Kaldor, 2001).

Afectando irremediavelmente a construção do *jus ad bellum* tal como o conhecemos, esta nova

situação conduz os Estados, entidades e mesmo os indivíduos a que já não sintam a necessidade de assumir posições claras perante os conflitos, assim como também já não sentem a necessidade de adoptar o amplo normativismo internacional criado para conter ou limitar a guerra e os seus efeitos[23]. Por outro lado, cremos que até à modificação da codificação de um Direito Internacional Humanitário universalmente aceite que ultrapasse, por exemplo, as insuficiências da protecção no caso dos conflitos armados não internacionais, ou a barreira das situações de tensão e de perturbação internas, tais como motins, actos de violência isolados e esporádicos e outros análogos, que não são consideradas nesta categoria (consequentemente fora da aplicação material do II Protocolo Adicional à Convenção de Genebra relativa à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais[24], art.1º), a legitimidade será obtida pelo exercício.

Uma possível conclusão

Sendo difícil prospectar quanto a um futuro incerto, cremos que no actual século assistiremos às guerras espectáculo da RMC, regulares ou irregulares, com um novo tipo de Forças Armadas, de alta tecnologia, com profusa utilização do espaço como a 4ª dimensão da guerra. E por outro lado, a guerras provocadas pela alteração de relação de forças entre actores não estatais e os Estados, guerras irregulares e em ambiente subversivo, sem regras, sem princípios, sem frente ou retaguarda, onde os objectivos são fluídos, na boa compreensão que a única legitimidade é a do exercício.

A única certeza que temos quanto às guerras deste século que agora se inicia, é que o **factor diferença/surpresa é permanente, como permanentes são o fluir da História e a diversidade dos cenários e dos homens, pelo que a violência global é uma constante histórica que persistirá.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, James. *The next World War: the Warriors and Weapons of the New Battlefields in Cyberspace*. London: Hutchinson, 1993. pp. 149-183.
- ANDRADE, John. *Acção Directa: Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*. Lisboa: Hugin Editores, 1999.
- ANGOUSTURE, Aline ; PASCAL, Valérie. "Diasporas et Financement des Conflits". In JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.), *Economies des Guerres Civiles*. Paris: Hachette, 1996, pp. 495-542.
- BETTS, R. K. "The New Threat of Mass Destruction". *Foreign Affairs*. Vol.77:1, (1998), pp.26-41.
- BAUER, Alain; RAUFER, Xavier. *A Globalização do Terrorismo*. Lisboa: Prefácio, 2003.
- BERZINS, Chris; PATRICK, Cullen. "Terrorism and Neo-Medievalism". *Civil Wars*. Vol 6: 2 (Summer 2003), pp. 8 -32.
- BLOCH, Ivan. *The Future of War*. New York: Doubleday and McClure, 1998.
- BONIFACE, Pascal. *Guerras do Amanhã*. Lisboa: Editorial Inquérito, 2003.
- BOUVET, Beatrice; DENAUD, Patrick. *Les Guerres qui Menacent les Monde*. Paris: Editions de Félin, 2001.
- BULL, Hedley Bull. *The Anarchical Society*. London: Macmillan, 1977.
- CARRIÇO, Manuel. "Os Novos Desafios Político-Militares dos Conflitos Assimétricos". *Revista Militar*. n.º 8/9 (Agosto/Setembro 2002), pp. 607 – 632.
- CARRIÇO; Manuel "Terrorismo vs Primazia Americana: Uma Incursão Dialéctica". *Revista Militar* n.º 8/9 (Agosto/Setembro 2003), pp. 791-813.
- CYBER *Attacks During the War on Terrorism: A Predictive Analysis*. Hanover: Institute for Security Technology Studies. Darmouth College, September 22, 2001.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Lisboa: Ed.Perspectivas e Realidades, 1976.
- COOPER, Jeffrey R. "Another View of the Revolution in Military Affairs". In J Arquilla and D. Ronfeldt (eds.). *In Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age*. Santa Monica, California: RAND/ National Defense Research Institute, 1997.
- CREVELD, Martin van, *The Transformation of War*. New York: The Free Press, 1991.

- DELMAS, Claude, *A Guerra Revolucionária*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- DILEGGE, David P.. *Urban Analysis – A Need at All Levels of Operation and Command And Particularly for Marine Expeditionary Forces*, local...Center for Army Lessons Learned, 1998. Pode encontrar-se *on line* em <http://call.army.mil>.
- DOUGHERTY James; PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva 2003.
- GARCIA, Proença. “Políticas de Defesa Nacional – As Novas Missões das Forças Armadas”, *Estratégia*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Vol. XII, (2000), pp. 413 – 421.
- _____ *Análise Global de Uma Guerra (Moçambique 1964 - 1974)*, Lisboa: Prefácio Editora. 2003.
- _____, “Tipologias de Guerra”. *Revista Militar*. Novembro de 2003, pp. 1103 – 1136.
- HOLSTI, Kalevi. *The State, War, and the State of War*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- IGNATIEFF, Michael, *The Warrior’s Honor: Ethnic War and the Modern Conscience*. London: Chatto and Windus, 1998.
- JEAN, François. "Aide Humanitaire et Economie de Guerre". In JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.). *Economies des guerres civiles*. Paris : Hachette, 1996, pp. 543 – 589.
- JOMINI, Baron de. *Tableau Analytique des Principales Combinaisons de la Guerre et de Leur Rapports Avec la Politique Des Etats*. Paris, 1830.
- KALDOR, Mary, *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era. Local:*, Stanford University Press, 2001.
- LABROUSSE, Alain. “Territoires et Réseaux: L’exemple de la Drogue”. In JEAN, François et RUFIN, Jean-Christophe (Coord.), *Economies des Guerres Civiles*. Paris: Hachette, 1996, pp. 467 – 494.
- LAIDI, Zaki, “Um Mundo Privado de Sentido”. *Nação e Defesa*. nº 87: 2ª série (Outono 98), pp. 75 – 128.
- LAQUEUR, W. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass destruction*. New York: Oxford University Press, 1999
- LUTTWAK, Edward. “Towards Post-Heroic Warfare”. *Foreign Affairs*. Vol. 74: 3 (May-June 1995), pp.....
- _____, “Give War a Chance”, *Foreign Affairs*. July/August 1999, em http://isuisse.ifrance.com/emmaf/base/give_war_a_chance.html.
- MARCHUETA, Regina. “Considerações Sobre o Fenómeno do Terrorismo”. In, *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Editora Prefácio, 2004. pp. ...
- METZ, Steven. *Armed Conflict in the 21st Century: The Information Revolution and Post-Modern Warfare. Local:* Strategic Studies Institute/ US Army War College, 2000.
- MONTEIRO, Amaro. *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Porto: Universidade Portucalense, 1993.
- MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*. 3ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.
- _____, “Insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes”. In Adriano Moreira (coord.). *Terrorismo*. Coimbra: Almedina, 2004, pp. 121-146.
- MOSKOS, Charles C.; WILLIAMS, John Allen; SEGAL, David. *The Post-Modern Military: Armed Forces After the Cold War*. New York: Oxford University Press, 2000.
- MUCHIELLI, Roger. *La Subversion*. Paris: CLC, 1976.
- NUNES, Viegas, “A Guerra da Informação”. *Revista Militar* (número especial, Congresso Internacional da Imprensa Militar, 13 a 16 de Setembro de 1999, Lisboa). pp. 1721 – 1750.

- OLSEN, Gorm. "Neo-Medievalism in Africa: Whither Government-to-Government Relations Between Africa and the European Union". *Civil Wars*. Vol.6: 2 (Summer 2003), pp. 94 – 120.
- O'HANLON, Michael. "Coming Conflicts, Interstate War in the Next Milenium". *Harvard International Review*, Summer 2001, pp.....
- PEARSON, Frederic; ROCHESTER, Martin, *International Relations: The Global Condition in the Twenty-First Century*. New York: McGraw-Hill, 1997.
- PEREIRA, Carlos Santos. "ARAM: Realidade e Utopia". *Nação e Defesa*. Vol.104: 2ª Série (Primavera de 2003), pp. 149 – 183.
- RICE, Edward. *Wars of the Third Kind: Conflict in Underdeveloped Countries*. Berkeley: University of California Press. 1988.
- RIGHT, Quincy. *A Study of War*. 2d ed. Chicago: University of Chicago Press, 1963 (1º ed.1942).
- _____ . *The Role of International Law in the Elimination of War*. New York: Oceana, 1961.
- RUSSET, Bruce; STARR, Harvey; KIMSELLA, David. *The Menu of Choice*. 6th ed. Bedford/St. Martin's Press, 2000.
- SHUBIK, M. "Terrorism, Technology, and the Socioeconomics of Death". *Comparative Strategy*, Vol.19: 4 (1997), pp.399-414
- TANCA, Antonio. *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- TELO, António. "Reflexões Sobre a Revolução Militar em Curso". *Nação e Defesa* Vol.103: 2ª série (Outono - Inverno 2002), pp. 211-249.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. *Guerra e Anti-Guerra*. Lisboa: Livros do Brasil, 1994.
- TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Lisboa: Editorial Futura, 1974.
- VALLE; Alexandre del. *Guerras Contra a Europa: Bosnia, Kosovo, Chechenia...*, Lisboa, Hugin, 2001.

[1] A ideia de que existe um determinado conjunto de tipologias de utilizações da força armada que não corresponde ao conceito de guerra aparece muito claramente no sistema de regulação arquitectado pelo Direito Internacional e que se encontra expresso na Carta das Nações Unidas. Esta concepção jurídica da guerra enfrenta hoje os enormes desafios das práticas estratégicas que tendem a diluir as fronteiras conceptuais tradicionais. O presente trabalho procura justamente trazer o assunto à reflexão colectiva.

[2] A Teoria das Relações Internacionais nasce como disciplina autónoma dedicada ao estudo da política internacional em 1919, na Universidade de Gales. Contudo, as condições para a sua afirmação disciplinar só seriam encontradas nos anos que se seguiram à II Guerra, fundamentalmente no seio do ambiente académico americano

[3] A perda do monopólio do emprego da violência legítima por parte do Estado já não é uma novidade histórica. Ao admitirmos este facto colocamos as nossas referências em causa, mas, através do fundamental estudo da História Militar, verificamos que, por exemplo, no século XIX havia actores não estatais (partidos, combatentes irregulares, nações reivindicadoras de espaços de identidade) que utilizaram a violência na cena internacional. Porém as teorias militares clássicas não os consideravam como actores, mas sim como elementos com práticas desviantes, perturbadores da ordem estabelecida através das suas "espécies de guerra", na classificação de Jomini. O General Jomini classificava as guerras como de conveniência, com ou sem aliados, de intervenção, de invasão, de opinião, nacionais, civis e de religião e as guerras duplas. (JOMINI 1938).

[4] Kalevi Holsti na sua obra, *The State, war, and the State of War*, é esclarecedor. Os seus dados estatísticos referem-se ao número de Estados e a respectiva percentagem, que se envolveram em conflitos inter-estatais de 1715 e 1995. A tabela que construiu indica uma média de 0,005 conflitos entre Estados de 1945 a 1995, em contraste com 0.019 por Estado e anualmente nos Estados europeus no século XVIII, 0.014 no século XIX e 0,036 entre 1919 e 1939. De salientar que após 1945 não se registou nenhuma guerra entre as grandes potências (Kalevi Holsti. *The State, War, and the State of Wa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 23). Michael O'Hanlon considera mesmo que as guerras entre Estados se encontram em vias de extinção (Michael O'Hanlon, Coming Conflicts, Interstate War in the Next Milenium, *Harvard International Review*, Summer 2001).

[5] Já *Van der Goltz*, na obra *Das Volk in Waffen de 1883*, previa que no futuro as guerras não seriam um assunto exclusivo das Forças Armadas.

[6] Trata-se aqui de distinguir a soberania externa (que decorre da igualdade jurídica entre Estados) das condições para exercício da soberania interna, adentro das fronteiras políticas. Este último requisito tem sido estudado com grande interesse pelas correntes que defendem a via da ingerência humanitária.

[7] A teoria da paz democrática tem vindo a defender a existência de uma “lei” essencial na política internacional. Estudos empíricos validaram a ideia de que as democracias não fazem a guerra entre si, explicando-se assim a receptividade que esta corrente de investigação tem recebido nos meios académicos da especialidade.

[8] São inúmeras as tipologias que se podem adoptar. As mais usuais entre os militares usam o tradicional espectro da guerra, onde estas ou são internas ou internacionais, e depois com inúmeras formas de guerra variando as internacionais em função do grau de intensidade de emprego da violência. Estas formas possuem características políticas, psicológicas e técnicas específicas e o espectro subdivide-se entre guerra fria e guerra quente (como guerra convencional, convencional sob ameaça nuclear). Como guerras internas surgem-nos a guerra subversiva, a revolta militar, o golpe de estado, a revolução e as guerras civis. Outros autores como Steven Metz classificam as guerras em formais, informais e de zona cinzenta (Metz 2000), ou as guerras novas e velhas (Kaldor, 2001), ou ainda Kalevi Hoslti, com as guerras institucionais, totais e as guerras de terceiro tipo (Holsti, 1996).

[9] A adopção da expressão RMC e não de RMA deve-se ao facto de considerarmos o fenómeno como um processo dinâmico, em contínua evolução, tratando-se da revolução actual e não um processo findo e passível de confusão com outros parecidos ocorridos ao longa da História.

[10] Conceitos chave: miniaturização, maior alcance, actuação inteligente, furtividade, veículos não tripulados, robotização e novas formas de energia. Estas armas permitem as intervenções cirúrgicas com zero baixas, ou quase zero.

[11] As outras dimensões são a terra, o mar, o ar e o espaço extra-atmosférico.

[12] Entendemos por guerra de informação “(...) tudo o que se possa efectuar para preservar os nossos sistemas de informação, da exploração, corrupção ou destruição enquanto simultaneamente se explora, corrompe ou destrói os sistemas de informação adversários, conseguindo obter a necessária vantagem de informação (...)”, (Nunes, 1999).

[13] Edward Luttwak, num artigo publicado em 1999 na *Foreign Affairs*, intitulado “Give War a Chance”, considera que a guerra “(...) can resolve political conflicts and lead to peace This can happen when all belligerents become exhausted or when one wins decisively. Either way the key is that the fighting must continue until a resolution is reached. War brings peace only after passing a culminating phase of violence (...)” (Edward N. Luttwak, “Give War a Chance”. *Foreign Affairs*, July/August 1999 disponível em http://isuisse.ifrance.com/emmaf/base/give_war_a_chance.html).

[14] Costumam caracterizar-se os conflitos como irregulares, ou não convencionais, quando não envolvem Forças Armadas num campo de batalha, nem recorrem a operações tradicionais no mar e no ar (Bruce Russett; Harvey Starr; David Kinsella. *The Menu of Choice*. 6th ed. Bedford/St. Martin's Press, 2000, p.204).

[15] Em África, só na década de 80 do século passado houve 3 milhões de baixas civis, e em 1994, como resultado destas guerras, segundo a Cruz Vermelha, havia 23 milhões de refugiados e 26 milhões de deslocados (Bouvet e Denaud, 2001).

[16] Entendida como a procura de uma superioridade qualitativa/quantitativa por um dos combatentes (Boniface, 2003)

[17] Nos EUA, antes do 11 de Setembro de 2001, o relatório da *Commission on America's National Interest*, de Julho de 2000, alertava para a necessidade de o governo americano na sua luta anti-terrorista não debilitar a sua legitimidade política e infringir direitos e liberdades dos cidadãos americanos. Com os atentados esta ideia foi pulverizada e o Congresso aprovou legislação muito restritiva (*USA Patriot Act*), que conferiu novos e diferentes poderes ao governo federal, visando sobretudo incrementar a vigilância, controlo e eventual procedimento criminal sobre indivíduos e empresas suspeitos de apoiarem organizações terroristas, restringindo seriamente a tradicional liberdade de expressão, de circulação e mesmo a privacidade. A este propósito veja-se também Carriço, 2002.

[18] John Andrade, na obra *Acção Directa. Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*, apresenta uma tipologia dos terrorismos como:

a) Movimento sem verdadeira retaguarda de massa, casos havendo em que os actores/militantes praticamente se representam apenas a si mesmos;

b) Movimentos com variável densidade política e sociológica, recebendo eventualmente apoios de Estados;

c) Práticas de Estados sobre as próprias populações [o terrorismo de Estado],

d) Práticas secretas de Estados no plano internacional, com uso de meios humanos próprios sob cobertura, recurso a grupos terroristas manipulados, ou emprego de “diplomacias coercitivas” tanto sobre outros Estados como sobre pessoas colectivas e individuais. (Andrade,1999).

[19] Estas possibilidades são exploradas numa infinidade de artigos e livros especializados. Ver, por exemplo, M. Shubik, “Terrorism, Technology, and the Socioeconomics of Death”. *Comparative Strategy*, Vol.19: 4 (1997), pp.399-414, R. K. Betts, “The New Threat of Mass Destruction”. *Foreign Affairs*. Vol.77: 1, (1998), pp.26-41; W. Laqueur. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. New York: Oxford University Press, 1999 e *Cyber Attacks During the War on Terrorism: A Predictive Analysis*. Hanover: Institute for Security Technology Studies. Darmouth College, September 22, 2001.

[20] A guerra irregular que envolve o crime organizado pode ser *estratégica*, quando dinamizada por uma organização ou rede de organizações, tendo os seus objectivos muito bem definidos, recorrendo à violência de forma incisiva e temporizada. Pode ser considerada *não estratégica* se concretizada entre grupos/bandos armados, entre guerrilhas sem ideologia, no reino dos senhores da guerra e sobretudo num ambiente de impunidade (Carriço, 2002).

[21] Do ponto de vista das dificuldades jurídicas desta situação, Antonio Tanca é leitura obrigatória. No seu livro intitulado *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict* (Dordrecht: Kluwer, 1993), o autor analisa o impacto que a intervenção internacional em conflitos internos tem no regime criado pela Carta das Nações Unidas.

[22] Este termo foi popularizado por Hedley Bull em 1977 (*The Anarchical Society*. London: Macmillan, 1977), e foi empregue como uma metáfora alternativa às teorias das Relações Internacionais centradas no Estado.

[23] Michael Ignatieff, na sua obra *The Warrior's Honor: Ethnic War and the Modern Conscience* (London: Chatto and Windus, 1998) reflecte as dificuldades que o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) tem sentido nos conflitos pós-modernos, nomeadamente na transmissão dos direito internacional humanitário a combatentes irregulares, criminosos e para-militares.

[24] De 1977.